

Municípios fortes, o maior compromisso

ANC pg 2

LEUR LOMANTO

A Assembléa Nacional Constituinte, como poder supremo da Nação, é a oportunidade para o restabelecimento da autonomia política, administrativa, econômica e financeira dos municípios, que ainda se encontram à margem do desenvolvimento desejado por todos nós, muito atrelados ao Poder central.



NORDESTE BRASILENSE

O Brasil tem muitas riquezas naturais, mas não dispõe a maioria dos brasileiros de casa, comida, educação, saúde, transporte e lazer, que caracterizam melhores condições de vida. Analisando a fundo esse problema, verificaremos que sua raiz é a pobreza dos municípios, cujas prefeituras e câmaras municipais lutam desesperadamente para o atendimento das necessidades básicas da população.

Entendemos que o fortalecimento dos municípios deve ser matéria prioritária para os constituintes. Esta será nossa bandeira.

Urge detectar causas e lançar as estruturas definitivas de uma política municipalista consentânea com a nova realidade do Brasil e do mundo. Não há como dissociar o fortalecimento dos municípios da reforma constitucional, pois o Estado democrático como um todo pressupõe a existência da comunidade celular democrática. Necessária se faz a descentralização político-administrativa e o fortalecimento do município como componente federativo.

É fator fundamental para o fortalecimento municipal uma reforma de grande amplitude no setor tributário. Uma reforma ampla voltada precipuamente para a distribuição da renda nacional compatível com a demanda social específica de cada região.

Os municípios não podem continuar pobres, desprovidos de meios de atendimento às necessidades básicas da população. A reforma tributária que preconizamos não significa mera consignação de recursos através de dotações orçamentárias ou de tributos arrecadados, mas sim uma reforma que traga em seu bojo o ânimo da transformação municipal, sem o qual se torna muito difícil a racionalização das aplicações de recursos em função da prioridade social.

Os municípios do Nordeste, particularmente, sofrem com mais rigor os efeitos da carência de recursos e a desproporcional distribuição da renda nacional, podendo este último problema ser avaliado pela simples constatação de que somente a região Centro-Sul, que abrange os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, representa cerca de 80 por cento do mercado interno de consumo. Evidentemente, o atual sistema tributário favorece muito mais às regiões mais desenvolvidas.

O Poder central continua centralizando os recursos, em detrimento da autonomia dos estados e municípios. Existe até mesmo um grande desconhecimento público a respeito do montante de recursos arrecadados pela União. Apenas 5 por cento desses tributos se destinam aos municípios, enquanto 25 por cento ficam para os estados e 70 por cento para a União.

Temos que acabar com o antigo drama dos prefeitos, que até hoje procuram Brasília desesperadamente à cata de recursos, apesar de todos os seus esforços para contornar, com obstinado trabalho e criatividade, as dificuldades financeiras das prefeituras.

O presidente José Sarney desencadeou projeto no sentido de erradicar, até o final do século, a miséria crônica do País e elevar o seu nível de vida. Atualmente, mais de 60 por cento da população brasileira vivem numa faixa de estrema pobreza e de extrema miséria. Acreditamos nesse propósito do Presidente, mas ressalvamos que ele só será viável, se houver o fortalecimento dos municípios através de reforma tributária ampla e justa.

Nosso compromisso maior, nessa Assembléa Nacional Constituinte, é com o fortalecimento dos municípios, de acordo com as aspirações da população e no contexto da meta de se promover o reordenamento político, econômico, jurídico e social.

*Leur Lomanto é deputado federal pelo PFL da Bahia.